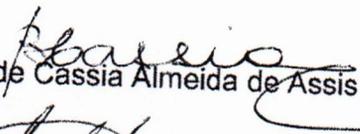
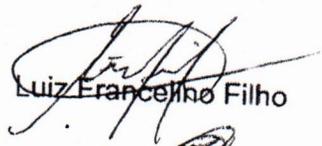




ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MOSSORÓ – PREVI-MOSSORÓ

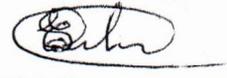
Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, as quatorze horas, os membros do Conselho Previdenciário reuniram-se virtualmente para apreciar o recurso administrativo nº 2020.18.800298PAIPREVI, que trata do pedido de Revisão de Benefício de Aposentadoria formulado pelo servidor público aposentado ANTONIO TARCISIO DA SILVA, portador do RG de nº 475132, inscrito no CPF de nº 260.704.484-72. Após análise do processo e os argumentos das partes foi possível perceber que os fundamentos usados pelo setor jurídico do Instituto de Previdência de Mossoró estão em total consonância com a legislação aplicável ao caso e com a jurisprudência do STF – Supremo Tribunal Federal. Ademais, convém destacar que o Art. 3, §3, da lei complementar nº 159/2020, que trata da reestruturação da carreira e da mudança de nomenclatura do antigo cargo de Agente Fiscal de Tributos para Auditor Fiscal de Tributos, restringe sua aplicabilidade ao reequadramento do nível 12 para a classe 17, e é aplicável tão somente aos ATUAIS servidores e não aos aposentados. Desse modo, decidiu-se pela manutenção da decisão do Instituto e consequente negativa do pleito formulado pelo requerente, sendo indeferido o pedido de revisão de aposentadoria em tela. A próxima reunião do conselho ficou previamente agendada para o dia cinco de março do corrente ano. Nada mais havendo a tratar, eu Rita de Cássia, lavrei a presente ata que será ao final assinada por mim e demais conselheiros presentes.


Rita de Cássia Almeida de Assis


Luiz Francellino Filho


Juliel de Souza da Silva

Eliete Vieira da Silva


Evandro Pereira da Silva

Recebido em: 18/02/2021
às 10:04h

INSTITUTO MUN. PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES DE MOSSORÓ


Jessica Fronte Molasco Filgueira
Diretor de Previdência

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO PREVI-MOSSORÓ

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às quinze horas, reuniram-se por videoconferência, os senhores Juliel Souza da Silva, Luiz Francelino Filho e Cássio Rodrigo da Costa Almeida, todos representando a integralidade dos membros do Comitê de Investimentos do Previ-Mossoró, para deliberar sobre as recomendações de investimentos feitas pela empresa Agenda Assessoria, que consiste no resgate de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) do fundo de investimento CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA - CNPJ: 23.215.097/0001-55, para aplicação de: R\$ 3,000,000,00 no CAIXA BRASIL IMA B 5+, CNPJ: 10.577.503/0001-88, R\$ 3,000,000,00 no CAIXA IDKA IPCA 2A, CNPJ: 14.386.926/0001-71; e R\$ 1,000,000,00 no CAIXA BDR NÍVEL I, CNPJ: 17.502.937/0001-68. O Comitê deliberou que, o Fundo CAIXA BRASIL IMA B 5+, devido o atual momento da economia, representa uma boa oportunidade de obter uma rentabilidade capaz de atingir a meta atuarial no período, posto que, possui lastro em NTN-B com vencimento superior a cinco anos, títulos estes remunerados com IPCA e mais uma taxa superior a 5% ao ano. O Comitê se baseou no fato de a taxa de administração do fundo ser de 0,20% ao ano, não possuir carência, ser lastreado em títulos públicos federais e gerido pela Caixa Econômica Federal, atributos estes que são considerados positivos. Seguindo para a análise do fundo CAIXA IDKA IPCA 2A, o comitê deliberou que devido o cenário atual da economia que apresenta crescente expectativa de deterioração e sucessiva elevação das expectativas de juros futuros, a aplicação no referido fundo representa uma oportunidade de obter uma boa rentabilidade, diversificação da carteira de investimentos do Instituto de Previdência e com a segurança de investir em um fundo que realiza aplicações em títulos públicos federais. Além disso, este fundo possui uma taxa de administração de 0,20% ao ano, não possui carência, e é gerido pela Caixa Econômica Federal, atributos estes que são considerados positivos. Discutindo sobre o fundo CAIXA BDR NÍVEL I, o Comitê abordou o fato de o fundo investir em ativos no exterior e que a cotação atual destes ativos faz com que a aplicação seja uma oportunidade de obter uma rentabilidade satisfatória. Ademais, a análise histórica da rentabilidade da aplicação e a expectativa de volatilidade do mercado brasileiro de renda variável em ano eleitoral representa uma possibilidade de proteção da aplicação quanto a essas variações. Verificou-se que a Caixa Econômica Federal, gestora do fundo, cobra uma taxa de administração de 0,70% a ano, valor este superior ao cobrado nos demais fundos indicados, mas isto se justifica pelo fato de se tratar de uma aplicação mais sofisticada do que as discutidas anteriormente. Ante todas as considerações feitas até aqui, o Comitê deliberou por aprovar as aplicações e investimentos recomendados pela Agenda Consultoria e ficou ajustado entre os membros, que estes se reuniriam posteriormente com o gerente da Caixa Econômica Federal para discutir mais detalhes sobre a realização das aplicações. Não havendo nada mais a tratar, Eu, Juliel Souza da Silva, lavro a presente ata que será assinada pelos participantes.

JULIEL SOUZA DA SILVA

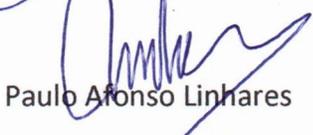
CÁSSIO RODRIGO DA COSTA ALMEIDA

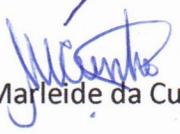
LUIZ FRANCELINO FILHO

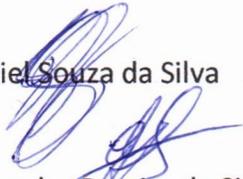
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO PREVI-MOSSORÓ

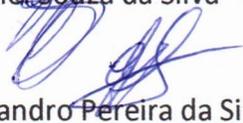
Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, os conselheiros do PREVI-MOSSORÓ se reuniram na sala do conselho de previdência para deliberar sobre a seguinte pauta: Informes; análise de recomendação da empresa de Consultoria Agenda Assessoria sobre realocação de investimento; análise e aprovação das contas do Previ-Mossoró 2021; deliberação sobre a taxa de administração instituída pelo Instituto Previdenciário. Iniciando a reunião, o Sr. Luiz Francelino, presidente do Conselho Previdenciário, reforçou a necessidade de os conselheiros realizarem o exame de certificação em CGRPPS até o mês de abril próximo. Informou também que recebeu do Gabinete do Prefeito, ofício com indicação de dois conselheiros – um titular e um suplente - para compor o Conselheiro Previdenciário e que irá providenciar para que os mesmos tomem assento no conselho. Seguindo com os informes, a conselheira Vereadora Marleide Cunha, juntamente com Doutor Paulo Linhares fizeram um relato do processo de votação em primeiro turno da reforma da Previdência do Município de Mossoró. Dando sequência a reunião, o Conselheiro Juliel Souza dissertou sobre a recomendação da empresa Agenda Assessoria, o qual recomenda realocação de investimentos, em consonância com o que deliberou também o Comitê de Investimentos do Previ-Mossoró, em reunião realizada no dia dezesseis de fevereiro do corrente ano (ver ata da reunião e documentos anexos), acatando a recomendação da consultoria supracitada. Após ouvir as justificativas apresentadas, os conselheiros presentes aprovaram por unanimidade a deliberação do referido Comitê. Seguindo a reunião, O Senhor Cássio Rodrigo da Costa Almeida, Diretor Administrativo e Financeiro do Previ-Mossoró apresentou os balancetes e demonstrativos contábeis (receitas e despesas) do Previ-Mossoró referente as contas do ano de 2021. Feitos os esclarecimentos necessários e dirimidas as dúvidas, as contas do Instituto Previdenciário do ano 2021 foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes, com as seguintes considerações: a conselheira Marleide Cunha Justificou sua saída antes do término da reunião; pela aprovação das contas foram três votos a favor; o presidente do Instituto Doutor Paulo Linhares se absteve de votar; e o presidente do Conselho somente vota a caso de desempate, conforme consta em regimento. Por fim, o presidente do Previ-Mossoró, destacou a necessidade de se estabelecer a taxa de administração recolhida pelo instituto, que passa a ser de 3% sobre a receita do Instituto Previdenciário, conforme consta na Reforma da Previdência Municipal já aprovada em primeiro turno pela Câmara Municipal. Nada mais havendo a tratar, Eu, Luiz Francelino Filho, lavro a presente ata que será assinada por mim e demais conselheiros presentes à reunião.


Luiz Francelino Filho


Paulo Afonso Linhares


Maria Marleide da Cunha Matias


Juliel Souza da Silva


Evandro Pereira da Silva


Rita de Cassia Almeida de Assis



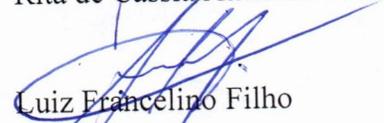
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MOSSORÓ – PREVI-MOSSORÓ

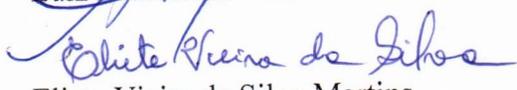
Aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, as quinze horas, os membros do Conselho Previdenciário reuniram-se virtualmente para deliberar sobre a seguinte pauta: 1- Informe; 2- Repasses da prefeitura para o instituto; 3- Representante do Poder Legislativo no Conselho Previdenciário; 4- Cronograma de reuniões ordinárias.

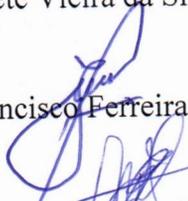
Repassados alguns informes gerais, a reunião aconteceu sem a presença (não justificada) do Presidente do Instituto, senhor Paulo Linhares. Alguns questionamentos foram levantados acerca da ausência do Presidente do Instituto nas reuniões do conselho. Como vamos deliberar sobre assuntos importantes para os beneficiários do Previ-Mossoró se não houver uma interação mais efetiva da Gestão do Instituto com o conselho? Foi destacado pelos presentes que o presidente do Previ-Mossoró é membro nato do conselho previdenciário, e, que este tem como prerrogativa estatutária participar das reuniões. Sem a presença do gestor do Previ, não houve como cumprir o item dois da pauta, uma vez que as planilhas contendo informações a respeito dos repasses da prefeitura para o instituto, bem a retomada dos pagamentos suspensos em dois mil e vinte da parte patronal e parcelamentos por parte da prefeitura municipal de Mossoró, não foram apresentadas. Quanto a indicação dos representantes do Poder Legislativo para compor o Conselho Previdenciário, em substituição aos membros da legislatura anterior, até o momento o Presidente da Câmara não fez. Com relação ao cronograma de reuniões ordinárias do conselho, ficou estabelecido que estas ocorrerão na primeira sexta-feira de cada mês, as quinze horas. Diante do que fora relatado até aqui, os conselheiros tomaram as seguintes deliberações: 1- Encaminhar ofício ao Presidente da Câmara Municipal cobrando a indicação dos seus representantes no conselho previdenciário; 2- Encaminhar ofício ao presidente do Previ-Mossoró, solicitando as planilhas com os respectivos repasses da Prefeitura de Mossoró para o Instituto Previdenciário; 3- Informações acerca da retomada dos pagamentos suspensos pela prefeitura ao instituto previdenciário no ano de dois mil e vinte, tanto da parte patronal, quanto do parcelamento da dívida da prefeitura para com o instituto. 3- Além disso, deve-se solicitar esclarecimento do presidente do Previ quanto

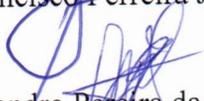
a sua ausência nas reuniões do conselho previdenciário. Nada mais havendo a tratar, eu Rita de Cássia, lavrei a presente ata que será ao final assinada por mim e demais conselheiros presentes.

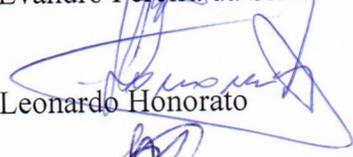

Rita de Cassia Almeida de Assis


Luiz Francelino Filho


Eliete Vieira da Silva Martins


Francisco Ferreira Junior


Evandro Pereira da Silva


Leonardo Honorato


Juliel de Souza da Silva

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MOSSORÓ – PREVI-MOSSORÓ

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, as quinze horas, os membros do Conselho Previdenciário do Previ-Mossoró, reuniram-se virtualmente para deliberar sobre a seguinte pauta: 1- Informe gerais; 2- Repasses da PMM - Prefeitura Municipal de Mossoró para o Previ-Mossoró; 3- Retomada dos pagamentos suspensos em dois mil e vinte; 4- Certificação CPA 10. Iniciando a reunião o presidente do conselho, Senhor Luiz Francelino, informou que as deliberações da reunião anterior foram encaminhadas, tendo recebido ofício oriundo da Câmara Municipal, a qual indicou os nobres vereadores Genilson Alves de Souza (titular) e Tony Mágnio Fernandes Nascimento (suplente), para compor o Conselho Municipal de Previdência como conselheiros representantes do Poder Legislativo. Na sequência apresentou ofício recebido do Presidente do Previ-Mossoró, Senhor Paulo Linhares, detalhando os repasses da PMM ao instituto previdenciário, como também das compensações previdenciárias, ambos referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de dois mil e vinte e um; podendo-se constatar que não há atraso dos repasses da parte patronal, quanto da parte dos servidores e parcelamentos no corrente ano. Entretanto, o Executivo Municipal ainda não retomou o pagamento dos repasses suspensos em dois mil e vinte, em função da chamada “lei da pandemia”. A reunião contou com a participação dos representantes da Câmara Municipal (já mencionados acima), os quais demonstraram interesse em conhecer melhor a situação financeira do Instituto. O Conselheiro Luiz Francelino fez um breve relato sobre a situação financeira do Previ-Mossoró, destacando que a dívida acumulada, desde a sua criação, gira em torno de cento e quarenta milhões de reais. O conselheiro Juliel Souza mostrou-se surpreso – positivamente - com a pontualidade da nova gestão no repasse das contribuições previdenciárias, e, sobre a saúde financeira do Previ, apresentou gráficos que evidenciam uma tendência de queda das contribuições para o fundo previdenciário. Eu, Rita de Cássia, falei que essa queda reflete a redução do número de servidores públicos efetivos, haja vista que estes servidores estão se aposentando e suas respectivas funções sendo

vinte, tanto da parte patronal, quanto do parcelamento; 2- Encaminhar ofício ao Executivo Mossoroense requerendo solução para o pagamento dos repasses das contribuições previdenciárias suspensos em dois mil e vinte. 3- Solicitar ao gestor do Previ-Mossoró realização de curso de formação para que os conselheiros@ possam obter certificação CPA 10. Nada mais havendo a tratar, eu Rita de Cássia, lavrei a presente ata que será ao final assinada por mim e demais conselheiros@ presentes.


Rita de Cassia Almeida de Assis


Luiz Francelino Filho


Eliete Vieira da Silva


Evandro Pereira da Silva

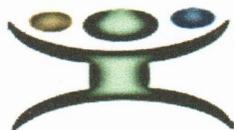

Juliel de Souza da Silva

Genilson Alves de Souza

Tony Mágnio Fernandes Nascimento


Sérgio Oliveira


Vencerlina Celina Gondim de Aquino



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MOSSORÓ – PREVI-MOSSORÓ

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, as quatorze e trinta horas, os membros do Conselho Previdenciário do Previ-Mossoró, reuniram-se virtualmente para deliberar sobre a seguinte pauta: 1- Informe gerais; 2- Repasses da Prefeitura Municipal de Mossoró e da Câmara Municipal para o Previ-Mossoró; 3- Análise do balanço contábil do Previ-Mossoró 2020; 4- Resposta dos ofícios enviados a PMM e ao PREVI; 5 - Projeto viver melhor; 6- Renovação dos Mandatos dos Conselheiros. O presidente do Conselho, Senhor Luiz Francelino, iniciou a reunião informando que as deliberações da reunião anterior tinham sido providenciadas. Sobre os repasses recebidos da PMM, Câmara Municipal e Compensações Previdenciárias, temos os seguintes valores pagos no período janeiro a maio de dois mil e vinte e um, conforme planilhas encaminhadas pelo instituto: em janeiro 7.854.099,90; em fevereiro 6.131.321,38, em março 6.175.332,60; em abril 6.488.641,98 e, em maio 6.289.091,09, totalizando 32.938.486,95 (trinta e dois milhões, novecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos) recebidos no período. Sobre as contas do Previ relativos ao ano de 2020, os conselheiros não viram inconsistências na prestação de contas, sendo o balanço contábil aprovado por unanimidade dos presentes à reunião, com exceção do Presidente do Previ, Senhor Paulo Linhares, o qual se absteve de votar. Sobre as demandas solicitadas através de ofícios, apenas a solicitação encaminhada ao executivo municipal requerendo solução para o pagamento dos repasses das contribuições previdenciárias suspensos em dois mil e vinte não foi respondida. A presidência da Previ-Mossoró disponibilizou documentação recebida do Tribunal de Contas do Estado-TCE, incluindo o acórdão nº 298/2020-TC, o qual determina, no item "a" que "a atual gestão da Prefeitura Municipal de Mossoró que se abstenha de praticar qualquer ato com fundamento na lei (municipal) 3776\2020 ou com escopo de lhe conferir efeitos jurídicos até a decisão meritória

final”, no tocante ao processo nº 003686\2020-TC, referente a suspensão dos repasses no ano de dois mil e vinte, em função da chamada “ moratória da pandemia. Na oportunidade, o presidente da Previ, Senhor Paulo Linhares esclareceu que já encaminhou ao executivo um anteprojeto de lei, objetivando correção da supracitada lei, adequando-se a decisão do TCE. Ainda sobre o tema, o conselheiro Sergio Oliveira sugeriu ao Nobre Genilson Alves (conselheiro representante do poder legislativo e líder do Governo na Câmara Municipal) que ele fizesse a gestão desse encaminhamento junto ao Prefeito Alysson Bezerra. O vereador respondeu que sim, que estava à disposição. O conselho então deliberou que, caso decorram quinze dias sem que o Prefeito não encaminhe as devidas providências para solucionar tais pendências, o Conselho procurará agendar uma visita ao gabinete do Senhor Prefeito para tratar do assunto em pauta. Luiz perguntou ao presidente do Previ, sobre o curso de formação para se obter a Certificação CPA 10, exigida pela Secretaria Nacional de Previdência. Como resposta, o Senhor Paulo Linhares, recomendou que se dirigisse a diretoria de administração e Finanças do Previ-Mossoró visando delimitar o objeto da capacitação a ser contratada. Sobre o projeto viver melhor, o presidente do conselho, senhor Luiz Francelino, atendendo reivindicação de um grupo de aposentados, pontuou a suspensão do mesmo na reunião, indagando ao presidente do Previ se havia a possibilidade de o projeto ser retomado, o qual afirmou entender que não é papel do instituto previdenciário fornecer esse tipo de serviço, que tem restrições ao formato atual do projeto. O conselheiro, Jeronimo Emiliano, falou que foi composta uma comissão para tratar com o Presidente do Previ. O senhor Paulo Linhares, de pronto afirmou que ia receber a comissão, mas, o projeto viver melhor não deve continuar naquele formato. Com relação a renovação dos mandatos dos conselheiros, o presidente do conselho chamou atenção do Sindiserpum, e do Sinsercamm e dos representantes do Executivo Municipal para a necessidade de se apresentar novos representantes dos respectivos segmentos ao Conselho. O Senhor Paulo Linhares tocou no tema da Reforma da Previdência, afirmando que o município deverá realiza-la ainda este ano. Eu, Rita, perguntei para ele se já tinha algo pensado (no sentido de um esboço), e quem ia participar do processo de elaboração. Este respondeu prontamente que tem um esboço fundamentado na reforma da previdência do estado do RN e que pensa em convidar

representantes do conselho e dos sindicatos para discutir a pretendida reforma.
Nada mais havendo a tratar, eu Rita de Cássia, lavrei a presente ata que será
ao final assinada por mim e demais conselheiros@ presentes.


Rita de Cassia Almeida de Assis


Luiz Francellino Filho


Paulo Afonso Linhares


Evandro Pereira da Silva

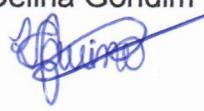

Francisco Ferreira Junior


Genilson Alves de Souza


Jerônimo Emiliano


Sérgio Oliveira de Assis

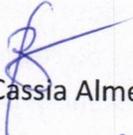
Vencerlina Celina Gondim de Aquino



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MOSSORÓ – PREVI-MOSSORÓ

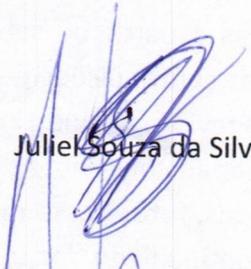
Aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, as nove horas, os membros do Conselho Previdenciário do Previ-Mossoró, reuniram-se virtualmente para deliberar sobre a seguinte pauta: 1- Informe gerais; 2- Apresentação de novos conselheiros e eleição do presidente do conselho; 3 - Repasses da Prefeitura Municipal de Mossoró e da Câmara Municipal para o Previ-Mossoró. O presidente do Conselho, Senhor Luiz Francelino, iniciou a reunião informando que as deliberações da reunião anterior tinham sido providenciadas; que tinha falado com a servidora Jéssica, diretora do Previ, sobre o curso de formação para certificação de gestores do regime próprio de previdência social(CGRPPS); que seria no formato Educação a Distância, com simulados no decorrer das aulas e provas para obtenção da certificação após conclusão do curso; que as provas tem custos e são destinadas aos conselheiros titulares; que além das quinze vagas destinadas aos conselheiros titulares e suplentes, foram abertas mais cinco vagas para servidores do Previ; que a previsão de início do curso é o início de agosto do ano em curso. A conselheira Marleide Cunha se queixou da forma como foi realizada a escolha dos conselheiros representantes o Legislativo Municipal: não houve discussão. O presidente do Conselho, Senhor Luiz Francelino, falou sobre a intenção de realizar as próximas reuniões de forma presencial e pediu opinião aos conselheiros, os quais opinaram por retornar com as reuniões presenciais a partir de setembro do corrente ano. As informações referentes aos repasses das contribuições para o Previ não foram apresentadas, uma vez que o Presidente do Previ, Dr. Paulo Linhares não participou da reunião e, tampouco encaminhou as planilhas ao conselho. Assim sendo, foi deliberado que se cobre as informações via ofício ao instituto. Nesse meio tempo surgiu a questão sobre a saúde financeira do Previ e a continuidade dos trabalhos na autarquia, o que levou ao entendimento de que o conselho irá cobrar a realização de concurso público para provimento de vaga no Previ-Mossoró. Na sequência, o presidente do conselho informou que o Executivo Municipal não enviou ofício com a indicação dos seus representantes no conselho, o que gerou dúvidas sobre a continuidade ou não dos conselheiros atuais. Após uma breve discussão, os conselheiros chegaram ao entendimento de que os atuais representantes do Executivo continuarão ativos até que sejam indicados novos membros. Em seguida fez a leitura dos ofícios com indicação dos representantes de cada entidade ao conselho previdenciário. O Sindserpum, em assembleia dos servidores municipais, elegeu como representantes titulares dos servidores ativos: Maria Marleide da Cunha Matias – mat. 8102-7 e Luiz Francelino Filho – mat. 8145-0; e seus suplentes, respectivamente: Jeronimo Emiliano Marcondes Apolinário – mat 8757-2 e Álamo Jackson de Souza Duarte – mat.137030-2. Os representantes titulares dos servidores aposentados: Rita de Cassia Almeida de Assis – mat.477-7 e Maria José Martins Fernandes - mat. 3023-6; como suplentes respectivamente: Leonardo Honorato da Costa - mat. 02560-8 e

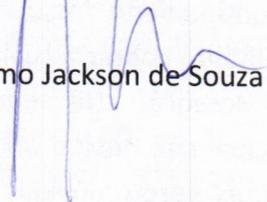
Gilberto Rêgo Diogênes – mat. 39153-1. O Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal - Sinsercam manteve os servidores Juliel Souza da Silva e Sérgio Oliveira de Assis como titular e suplente, respectivamente. Na sequência, procedeu-se a escolha do presidente do conselho para o biênio 2021/2023, tendo sido reconduzido, por unanimidade dos conselheiros presentes, o conselheiro Luiz Francelino Filho para mais um mandato à frente do Conselho Municipal de Previdência. E como secretária, a conselheira Maria José Martins Fernandes. Nada mais havendo a tratar, eu Rita de Cássia, lavrei a presente ata que será ao final assinada por mim e demais conselheiros@ presentes.


Rita de Cássia Almeida de Assis


Luiz Francelino Filho

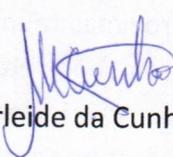

Evandro Pereira da Silva

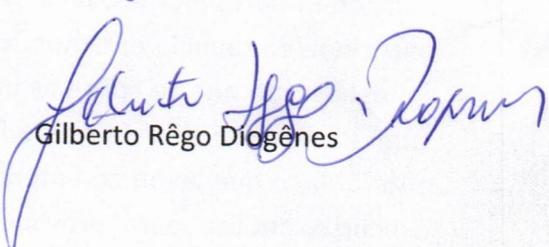

Juliel Souza da Silva


Álamo Jackson de Souza Duarte


Jeronimo Emilianio Marcondes
Apolinário


Maria José Martins Fernandes


Maria Marleide da Cunha Matias


Gilberto Rêgo Diogênes

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MOSSORÓ – PREVI-MOSSORÓ

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às dez horas, os membros do Conselho Previdenciário do Previ-Mossoró, reuniram-se virtualmente para deliberar sobre a seguinte pauta: 1- Informes; 2- Curso de formação para certificação em CGRPPS; 3 - Repasses efetuados para o Previ-Mossoró; 4 – Despesas do Previ-Mossoró. O presidente do Conselho, Senhor Luiz Francelino, iniciou a reunião abrindo espaço para informes. O conselheiro Juliel Souza da Silva informou que haverá o Terceiro Congresso Brasileiro de Investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social, promovido pela Associação Brasileira de Instituições de Previdências Estaduais e Municipais – ABIPEM, que ocorrerá no modo presencial em Florianópolis, no período de quinze a dezessete de setembro deste ano. Argumentou sobre a importância da participação dos conselheiros nessa atividade de capacitação, enfatizando a necessidade de preenchermos uma vaga no comitê de investimentos do Previ-Mossoró, que para isso, é necessário obter a referida certificação, e que, sem o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, o Instituto Previdenciário perde muito, assim como o município. O conselho irá tratar com o presidente do instituto a possibilidade de participação dos conselheiros neste congresso. Prosseguindo, o presidente do conselho relatou sobre o encontro que teve com a Diretora de Previdência do Instituto, Senhora Jéssica, oportunidade em que tratou da realização do curso de formação para Certificação de Gestores de Regimes Próprios de Previdência Social – CGRPPS. O curso será no formato Educação a Distância, destinado aos conselheiros, titulares e suplentes, e que terá cinco vagas para servidores do Previ-Mossoró, com previsão de início até o final de agosto do ano em curso, e que será realizado pela Agenda Consultoria, a qual definirá o calendário nos próximos dias. Foi lembrado aos conselheiros, que apesar da prova de certificação ser para os titulares, é muito importante que os suplentes também façam o curso para compreenderem como funciona o instituto, além da troca de conhecimentos. Quanto aos repasses efetuados ao Previ, foram apresentados os balancetes das receitas, das despesas e demonstrativo das contas do Previ. Após análise dos balancetes, constatou-se que os repasses relativos ao ano corrente, tanto da Câmara Municipal, quanto da prefeitura, bem como as compensações previdenciárias estão sendo efetivados a contento, faltando ainda retomar os repasses que foram suspensos no ano passado, os quais ainda dependem de uma lei municipal específica para poder ser concretizado. Em relação às despesas da Previ, conforme balancete apresentado pela administração do instituto, dentre outros pontos, para esclarecimento, foi visto que a previsão orçamentária relacionada à construção da sede própria do Previ e ao Programa Viver Melhor estão previstos, mas os recursos não foram utilizados, além de se perceber que, segundo o conselheiro Juliel, na sua visão as despesas estão normais e que, houve um aumento patrimonial, ficando o patrimônio líquido do Instituto em torno de sessenta e um milhões e meio de reais, com um aparente saldo na rentabilidade. Ao

final da reunião, após discussão, foi deliberado o requerimento de uma audiência com o Presidente da Previ, Senhor Paulo Linhares, para tratar de pauta concernente a concurso público para ingresso no Previ, construção da sede própria do instituto, encaminhamento de lei para retomada dos pagamentos suspensos em dois mil e vinte (de março a dezembro), da prefeitura para com o Previ. Caso seja necessário, o conselho decidiu que solicitará audiência também com o prefeito para tratar dos referidos pagamentos. Nada mais havendo a tratar, eu Maria José Martins Fernandes, lavrei a presente ata, que será ao final assinada por mim e demais conselheiros(as) presentes.

Maria José Martins Fernandes



Luiz Francelino Filho



Evandro Pereira da Silva



Juliel Souza da Silva



Jeronimo Emiliano Marcondes Apolinário

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO PREVI-MOSSORÓ

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, os conselheiros do PREVI-MOSSORÓ se reuniram na sala do conselho de previdência para deliberar sobre a seguinte pauta: **Informes; Repasse da reunião com o Chefe do Gabinete do Prefeito; repasses financeiros para o Previ; Congresso ABIPEM em Florianópolis e cronograma das reuniões do conselho previdenciário.** O Sr. Luiz Francelino Filho, presidente do Conselho Previdenciário, iniciou os trabalhos informando sobre a audiência ocorrida no dia trinta de agosto do corrente ano, com o chefe de gabinete do prefeito constitucional de Mossoró, Senhor Kádson Eduardo, na qual participaram os conselheiros@ Luiz Francelino, Juliel Souza e Marleide Cunha. A pauta principal da audiência foi a retomada dos repasses das contribuições patronais e dos parcelamentos suspensos no ano de dois mil e vinte, com a chamada "moratória da pandemia". Informou que questionou a data em que o Executivo Municipal irá enviar o projeto de lei que possibilitará a retomada dos referidos pagamentos suspensos à votação no legislativo. Destacou que o Senhor Kádson Eduardo afirmou que o projeto está aguardando parecer do Ministério Público de Contas, com previsão de análise até o final de setembro do ano em curso, para eu o mesmo possa ser enviado a Câmara Municipal para ser votado. O Sr. Paulo Afonso Linhares, presidente da **PREVI-MOSSORÓ**, enfatizou que o projeto foi elaborado pela gestão da **PREVI** e enviado para o executivo desde o mês de janeiro do corrente ano, detalhou sobre os trâmites burocráticos em que deverá passar desde seu início até a fase de aprovação. O presidente da **PREVI-MOSSORÓ** ratificou mais uma vez que a Prefeitura Municipal de Mossoró e a Câmara Municipal de Mossoró não têm débitos do exercício atual com a previdência dos servidores, e fez um comparativo das gestões anteriores quando havia atraso nos repasses ao instituto de previdência, e que hoje isso não mais acontece. O Sr. Luiz Francelino Filho disse que foi informado pela vereadora Maria Marleide da Cunha Matias que no PPA - Plano Plure Anual enviado ao Legislativo não consta no orçamento despesas com a realização de concurso público para a **PREVI-MOSSORÓ** – pauta reivindicada pelo Conselho e pelos servidores municipais. O Dr. Paulo Afonso Linhares interveio dizendo acreditar que pode ter acontecido algum equívoco na inclusão da matéria no PPA, mas que já conversou com a nobre vereadora para que a mesma apresente uma emenda ao projeto, e que ele iria articular com a bancada do prefeito para que a emenda da autoria da vereadora Maria Marleide da Cunha Matias seja aprovada. Dr. Paulo apresentou um relatório de análise de receitas e despesas do **PREVI-MOSSORÓ**. Informou que quando assumiu a presidência da instituição existia um saldo de quarenta milhões em caixa, hoje esse saldo chega a mais de sessenta e dois milhões de reais. Sobre os recursos para a construção da sede própria informou que como consta no relatório de análises de receitas e despesas, já existe recursos para esse investimento. O Sr. Luiz Francelino Filho informou sobre a inviabilidade da participação dos conselheiros do **PREVI-MOSSORÓ** no congresso da **ABIPEM** que ocorrerá em Florianópolis nos próximos dias 15 a 17 de setembro, devido ao número limitado de vagas em função da pandemia. Por fim, foi deliberado que as reuniões ordinárias do conselho previdenciário serão realizadas na terceira sexta feira de cada mês, às dez horas da manhã. Nada mais havendo a dissertar, eu, Jerônimo Emiliano

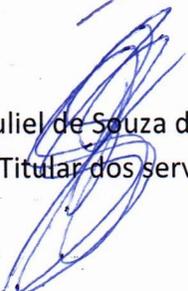
Marcolino Apolinário, lavro a presente ata que será assinada por mim e demais conselheiros presentes à reunião.



Luiz Francelino Filho
Presidente do Conselho da PREVI-MOSSORÓ



Paulo Afonso Linhares
Presidente da PREVI-MOSSORÓ



Juliel de Souza da Silva
Representante Titular dos servidores do legislativo

Francisco Ferreira Júnior
Representante Titular do Executivo

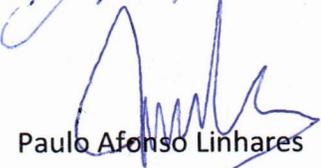
Jerônimo Emiliano Marcolino Apolinário
Suplente

Álamo Jackson de Souza Duarte
Suplente

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO PREVI-MOSSORÓ

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, os conselheiros do PREVI-MOSSORÓ se reuniram na sala do conselho de previdência para deliberar sobre a seguinte pauta: **Informes; repasses financeiros para o Previ; prova de certificação CGRPPS.** O Sr. Luiz Francelino Filho, presidente do Conselho Previdenciário, iniciou os trabalhos informando que até o presente momento o Executivo Municipal não encaminhou à Câmara, o projeto de lei para reestabelecer os repasses das contribuições patronais e dos parcelamentos suspensos no ano de dois mil e vinte, com a chamada "moratória da pandemia". O Senhor Paulo Afonso Linhares, presidente da Previ-Mossoró, enfatizou mais uma vez que o projeto foi elaborado pela gestão do Previ e enviado para o executivo desde o mês de janeiro do corrente ano. Informou também que o Previ-Mossoró tem atualmente um PL – Patrimônio Líquido de mais de setenta e quatro milhões de reais, em parte, graças às compensações previdenciárias. Novamente reiterou que a Prefeitura Municipal de Mossoró e a Câmara Municipal de Mossoró não têm débitos do exercício atual com a previdência dos servidores. No entanto, alertou para o fato de que o CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária do município de Mossoró vencerá no próximo dia 22 de novembro, o que poderá trazer enormes problemas para a gestão municipal. Na sequência, o Senhor Luiz Francelino questionou porque da demora em agendar a prova de certificação em CGRPPS para do conselheiros que já se sentem preparados, sendo que alguns servidores do Previ já fizeram a referida prova. O senhor Paulo Linhares disse ter ocorrido falha na comunicação interna do instituto, mas que irá encaminhar solução para a questão em tela. Quanto ao envio do projeto de lei que garantirá a retomada dos repasses da Prefeitura ao Previ suspensos em dois mil e vinte, foi deliberado por unanimidade que o Conselho deverá enviar novo ofício ao Gabinete do Prefeito cobrando agilidade no processo, inclusive alertando para o vencimento do CRP e suas implicações à gestão municipal. Nada mais havendo a tratar, lavro a presente ata que será assinada por mim e demais conselheiros presentes à reunião.


Luiz Francelino Filho

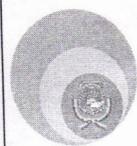

Paulo Afonso Linhares


Maria Marleide da Cunha Matias


Juliel de Souza da Silva


Evandro Pereira da Silva


Rita de Cassia Almeida de Assis



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREVI-MOSSORÓ
MOSSORO - PREVI-MOSSORO

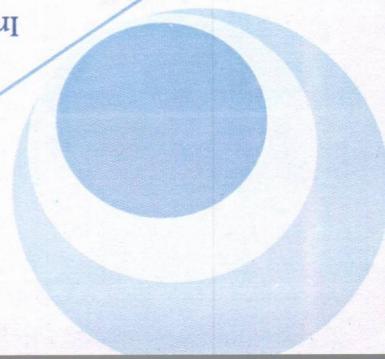
Data: 12/11/2021 10:30
Usuário: YANOOLIVEIRA
Página: 1 de 1

Demonstrativo das Contas Banco
novembro - Exercício de 2021

Banco	Código	Agência	Descrição	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo
Bancos c/ Movimento							
004	002233	0033-7	1.348-0 - BANCO DO NORDESTE	11,50	0,00	0,00	11,50
104	002245	0560-0	295-4 - CAIXA - PREVI ARRECADAÇÃO - SERVIDOR/ENTE - 2º	1.115,88	1.086.931,87	1.079.484,39	8.563,36
104	002246	0560-0	350-0 - CAIXA - CONTA MOVIMENTO - 350	412.336,57	76.469,60	488.665,01	141,16
001	002413	4687-6	76509-0 - BANCO DO BRASIL - MOVIMENTO	83,00	0,00	0,00	83,00
Total				413.546,95	1.163.401,47	1.568.149,40	8.799,02
Aplicações no Mercado Aberto - Renda Fixa							
001	002209	4687-6	76.508-2 - BB PREVID RF IRF-M - CURTO PRAZO	3.479.329,19	0,00	0,00	3.479.329,19
104	002228	0560-0	295-4 - CAIXA FI BRASIL IRF-M 1 TP RF - CURTO PRAZO	21.009.905,48	975.700,00	62.000,00	21.923.605,48
004	002370	0033-7	1.348-0 - BNB PLUS FIC FI RF - CURTO PRAZO	3.014.299,81	0,00	0,00	3.014.299,81
004	002371	0033-7	1.348-0 - BNB RPPS PREVIDENCIA FI RENDA FIXA - CURTO PI	2.695.710,34	0,00	0,00	2.695.710,34
104	002373	0560-0	295-4 - CAIXA FI BRASIL REF DI - CURTO PRAZO	200.088,94	0,00	0,00	200.088,94
104	002374	0560-0	350-0 - CAIXA FI BRASIL IMA-B TP RF - CURTO PRAZO - 350	8.831,25	0,00	0,00	8.831,25
001	002376	4687-6	76508-2 - BB - PREVIDENCIARIO RF ALOCAÇÃO ATIVA	10.232.956,55	0,00	0,00	10.232.956,55
001	002377	4687-6	76508-2 - CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF	15.150.508,53	0,00	0,00	15.150.508,53
070	002378	0027-0	27.045.831-0 - PHENOM CAPITAL BRASIL REALTY - LONGO F	3.152.306,40	0,00	0,00	3.152.306,40
104	002380	0238-0	4.486-4 - FUNDO TERRA NOVA FIRF - LONGO PRAZO	1.560.286,45	0,00	0,00	1.560.286,45
104	002382	0560-0	295-4 - FI BRASIL 2024 I - LONGO PRAZO	3.325.144,00	0,00	0,00	3.325.144,00
104	002383	0560-0	295-4 - FI BRASIL 2024 VI - LONGO PRAZO	2.988.676,00	0,00	0,00	2.988.676,00
104	002384	0560-0	295-4 - FII CAIXA RIO BRAVO - LONGO PRAZO	1.218.511,59	0,00	0,00	1.218.511,59
237	002385	2856-0	614.008-4 - ÁTICO GERAÇÃO DE ENERGIA FP - LONGO PRAZ	113.487,23	0,00	0,00	113.487,23
746	002386	0001-0	14.995-4 - FONTAINE VILLE URBANISMO - LONGO PRAZO	4.978.105,96	0,00	0,00	4.978.105,96
001	002411	4687-6	76508-2 - ALÇÕES ALOCAÇÃO	34.955,10	0,00	0,00	34.955,10
Total				73.163.102,82	975.700,00	62.000,00	74.076.802,82
Total Geral				73.576.649,77	2.139.101,47	1.630.149,40	74.085.601,84

Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró
Rua: Felipe Camarão, 2114 - 2º andar - Doze Anos | CEP: 59.603.340 - Mossoró/RN
CNPJ: 14.801.428/0001-48

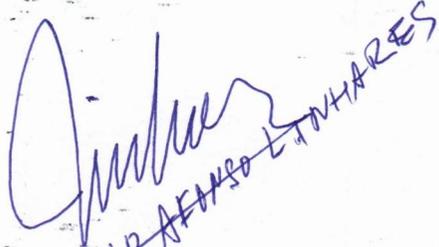
MUNICÍPIO DE MOSSORÓ
Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró
PREVI-MOSSORÓ



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DO PREVI-MOSSORÓ

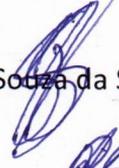
Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, os conselheiros do PREVI-MOSSORÓ se reuniram na sala do conselho de previdência para deliberar sobre a seguinte pauta: Informes; repasses da Prefeitura de Mossoró e da Câmara municipal para o Previ; apresentação das contas do Previ-Mossoró 2021; apresentação, análise e aprovação da P.A.I – Política Anual de Investimentos 2022. Iniciando a reunião, o Sr. Luiz Francelino, presidente do Conselho Previdenciário, falou sobre a realização do exame de certificação em CGRPPS, ocorrido no dia dez de dezembro do corrente ano, onde os conselheiros Juliel Souza, Evandro Pereira e o próprio Luiz Francelino obtiveram êxito, sendo os três conselheiros aprovados. Falou ainda da necessidade de todos os conselheiros também serem certificados até o final do mês de março de dois mil e vinte e dois, uma vez que deverá haver mudança no formato da prova. Seguindo com os informes, a Senhora Jéssica Freire, Diretora de Previdência, apresentou um balanço da gestão do Previ em 2021, onde o Previ conta hoje com 812 beneficiários, sendo 732 aposentados e 80 pensionistas. Informou ainda que o CRP – Certificado de Regularização Previdenciária teve sua renovação de forma judicializada, uma vez que há pendências do Executivo Municipal junto ao Ministério da Previdência Social e Emprego. Enfatizou que o Previ-Mossoró está desenvolvendo alternativas para que tenha uma maior transparência junto ao TCE – Tribunal de Contas do Estado. Que hoje o Previ conta com oito colaboradores certificados em CGRPPS. Que o Instituto está utilizando certificados digitais em todos os setores visando a desburocratização. Sobre os repasses da prefeitura e da câmara, Dr. Paulo Linhares, presidente do Previ-Mossoró, destacou que todos os repasses referentes ao ano de 2021, tanto da parte patronal, dos servidores e parcelamentos estão rigorosamente em dia. Não obstante o débito acumulado nas gestões anteriores ultrapassarem a casa dos R\$180.000.000,00, o Instituto Previdenciário dos servidores públicos de Mossoró tem hoje um PL – Patrimônio Líquido de cerca de R\$74.000.000,00. Seguindo a reunião, Dr. Cássio Rodrigo da Costa Almeida, Diretor Administrativo e Financeiro do Previ-Mossoró fez a apresentação das contas (receitas e despesas) do Previ até novembro do ano em curso. O conselheiro Juliel Souza questionou sobre o selo pró-gestão, oportunidade em que a Senhora Jéssica falou que os processos do instituto estão sendo encaminhados ao TCE e que o Previ está caminhando para buscar excelência na gestão previdenciária. Os balancetes e demonstrativos contábeis deverão ser apresentados e apreciados na próxima reunião do Conselho que deverá ocorrer no próximo dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e dois. Na sequência foi apresentada e apreciada a P.A.I – Política Anual de Investimentos 2022, conforme preconiza a Resolução CMN nº 4.963/2021 e em conformidade com o Decreto nº 5.464 de 12 de agosto de 2019. Destarte, a P.A.I 2022 foi previamente analisada e aprovada pelo Comitê de Investimento do Previ-Mossoró, em reunião ocorrida no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e um. Feitos os devidos esclarecimentos, o pleno do Conselho Previdenciário aprovou por unanimidade a Política Anual de Investimento do Previ-Mossoró para 2022. Nada mais havendo a tratar, lavro a presente ata que será assinada por mim e demais conselheiros presentes à reunião.


Luiz Francelino Filho


PAULO AFANSO LINHARES

Paulo Afonso Linhares


Maria Marlene da Cunha Matias


Juliel Souza da Silva


Evandro Pereira da Silva


Rita de Cassia Almeida de Assis